



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

	<p><b><i>Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira</i></b></p> <p><b>Pedro Góis, José Carlos Marques e Carla Valadas (coords.), Ana Leite e Carlos Nolasco</b></p> <p>Dezembro de 2018, Estudos OM 63 Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações (ACM) ISBN 978-989-685-095-1</p> <p>Estudo disponível em: <a href="http://www.om.acm.gov.pt">www.om.acm.gov.pt</a> Contacto: <a href="mailto:om@acm.gov.pt">om@acm.gov.pt</a></p> <p>Estudo cofinanciado pelo FEINPT - <i>Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros</i>:</p> 
--	--

## Resumo:

O estudo trata duas questões centrais para as sociedades do nosso tempo, as migrações e o trabalho. De forma mais específica, investiga a(s) forma(s) de recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de um tipo particular de indivíduos: os migrantes de países terceiros e os cidadãos portugueses de origem estrangeira que residem em Portugal. A necessidade de integrar num mesmo estudo estes dois grupos distintos imbrica diretamente na história das migrações para Portugal e na justaposição num mesmo espaço-tempo de fluxos e *stocks* migratórios distintos.

Foi no intuito de procurar aferir as condições de acesso deste grupo de indivíduos ao mercado de trabalho que se realizou este estudo, assumindo-se como um estudo piloto sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte de nacionais de países terceiros e de portugueses de origem estrangeira em Portugal. O estudo parte da premissa de que uma das áreas que mais contribui para uma integração social bem-sucedida dos imigrantes é a sua integração laboral. Concomitantemente, um insucesso na inserção laboral contribui para o retorno a um ciclo de exclusão social ou para uma inclusão social ineficaz.

Para além desta dimensão, o estudo promove uma análise mais fina da discriminação no mercado de trabalho numa etapa *ex-ante*, ainda que fundamental, no processo de inserção laboral de cidadãos provenientes de países terceiros como é o momento do acesso ao mercado de trabalho. O estudo pretende ser uma primeira aproximação empírica à existência e extensão de práticas de discriminação no mercado de trabalho face a grupos sociais específicos como são os imigrantes e os portugueses de origem estrangeira.

Numa primeira parte, é apresentado o quadro teórico e conceptual que estrutura a nossa análise da discriminação laboral de imigrantes ou portugueses de origem estrangeira. No capítulo 1 analisam-se os



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

significados jurídico, moral e sociológico da discriminação e distinguem-se formas de discriminação direta e indireta. Procura-se também contextualizar o surgimento do tema e a visibilidade que este assume na agenda política em Portugal, por influência designadamente de organizações internacionais como são a UE e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O capítulo 2 é dedicado ao enquadramento das novas dinâmicas que configuram os mercados de trabalho a nível global e que produzem reflexos, muito em particular, num país como Portugal. Neste contexto, identificam-se e discutem-se os obstáculos de ordem macro, meso e micro que, em concreto, se colocam no processo de integração de imigrantes e de portugueses de origem estrangeira no mercado laboral em Portugal.

No terceiro capítulo reconstitui-se, numa primeira parte, a evolução recente da população estrangeira presente no território português e, num segundo momento, são analisados dados estatísticos provenientes do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE). A partir destes dados, caracteriza-se a situação laboral de pessoas provenientes de países terceiros em Portugal, numa perspetiva que compara a situação dos cidadãos da UE e a dos cidadãos provenientes de países terceiros, nos anos de 2008 e 2015.

Um quarto capítulo é consagrado à análise da legislação reunindo uma descrição do regime jurídico genericamente aplicável ao trabalho em Portugal por cidadãos de estados terceiros e analisam-se os mecanismos existentes na lei que permitem (ou que pretendem permitir) uma avaliação da aplicação efetiva do regime legalmente consagrado. Da análise do quadro legal português e dos dados (in)existentes sobre a sua aplicação conclui-se que, não obstante, existir em Portugal uma legislação favorável ao acesso ao trabalho por nacionais de estados terceiros, na prática, não existem mecanismos que permitam monitorizá-la e concluir sobre a sua eficácia. São ainda apresentados casos de legislação e regulamentação de acesso a profissões que, salvo melhor opinião, parecem ser discriminatórias.

A segunda parte do trabalho é dedicada à análise dos dados empíricos obtidos no projeto que deu origem a este volume. No capítulo 5 descrevem-se os vários procedimentos metodológicos adotados, as dificuldades na sua implementação e as suas vantagens e desvantagens. No capítulo 6 apresentam-se os resultados de uma experiência situacional de aplicação de testes de discriminação com vista a uma primeira medição da discriminação no acesso ao mercado de trabalho de migrantes e portugueses de origem estrangeira.

No âmbito deste estudo, pretendeu-se averiguar se existiriam setores onde a discriminação no recrutamento pudesse não existir. O futebol profissional, em concreto o recrutamento de jogadores de futebol profissionais pelos clubes das ligas profissionais portuguesas, revelou-se um estudo de caso a explorar. A visibilidade do futebol profissional em Portugal e o seu impacto público justificam esta análise. Assim, no capítulo 7, aborda-se a questão da discriminação no recrutamento no seio de uma das indústrias culturais e de conteúdos com maior relevância à escala mundial, o futebol. A contextualização da evolução do “futebol enquanto desporto” para o “futebol enquanto atividade económica” é a principal explicação para o aparecimento do que se conceptualiza como uma “discriminação ao contrário”.

Na terceira e última parte do estudo, são apresentadas as conclusões e um conjunto de recomendações, atualizadas a 2018, com o intuito de reformular e melhorar algumas das práticas já existentes e delinear



[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt) / [om@acm.gov.pt](mailto:om@acm.gov.pt)

novas medidas legislativas e ações que previnam o aparecimento ou a prática de atos e atitudes de discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho.

Neste estudo exploratório sobre a discriminação no acesso ao mercado de trabalho face a este grupo social específico, as principais fontes de informação usadas são: dados estatísticos provenientes do Inquérito ao Emprego do INE, do Relatório Anual de Imigração, Fronteiras e Asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações; análise de legislação *antidiscriminação*; análise de conteúdo das entrevistas realizadas a imigrantes e outros interlocutores privilegiados e dados provenientes dos testes de discriminação ou situação aplicados. Sumariamente os autores adotaram o seguinte procedimento nos testes de discriminação aplicados: pares de candidatos com nacionalidades e pertenças étnicas distintas (e.g., brancos e negros, nacionais e não nacionais) candidatam-se a ofertas de emprego, avaliando-se a reação dos potenciais empregadores a estas candidaturas. Daqui resulta a possibilidade de mensurar a discriminação a partir de casos reais e de extrair conclusões que permitam obviar a essa discriminação em casos futuros.

Apesar do caráter eminentemente exploratório deste estudo, que não pretende ser representativo ou ter estudado de forma exaustiva esta realidade, é esperado que, a partir daqui se possa alargar o conhecimento sobre o tema e se lancem as bases para futuras e mais desenvolvidas investigações.